

Texto base: Rosenau, James N. *The Scientific Study of foreign Policy*. London: Frances Pinter, 1979. Cap. 6. Pre-Theories and Theories of Foreign Policy.

Textos complementares:

Rosenau, James N. Comparative foreign policy: One-time fad, realized fantasy, and normal field”. In: Kegley jr., Charles W., et. al. (eds.). **International events and the comparative analysis of foreign policy**. Columbia: University of South Florida, 1975.

Rosenau, James N. Introduction: New directions and recurrent questions in the comparative study of foreign policy. In: Hermann, Charles F., Kegley jr., Charles W, Rosenau, James N. (eds.). **New directions in the study of foreign policy**. Winchester: Allen & Unwin, 1987.

Rosenau, James N. The scholar as an adaptive system. In: Kruzel, Joseph & Rosenau, James N. (eds.). **Journeys through world politics: autobiographical reflections of thirty-four academic travelers**. Lexington books, 1989.

Smith, Steve. Theories of foreign policy: An historical overview. In: **Review of international studies**. 12 (1), 1986.

Introdução ao texto

Na década de 1960 surge o campo da política externa comparada (CFP), uma das áreas que mais cresceu no campo das relações internacionais na época do behaviorismo. Um ponto comum a todas as abordagens de CFP era a crença de que, através do uso de métodos tomados das ciências naturais, a análise da política externa poderia levar a uma teoria geral.

O texto de Rosenau (Rosenau, 1979/1964) pode ser considerado um texto fundador de uma abordagem da CFP, que não apenas levou ao maior projeto de pesquisa em política externa comparada nos anos 1960 e 1970 (ICFP – Inter University Comparative Foreign Policy Project), mas também proveu a bases para o desenvolvimento extensivo da teoria comportamental (Smith, 1986).

De acordo com Rosenau, o estudo comparativo da política externa foi muito divulgado nos anos 1970, ao ponto da CFP poder ser considerada “ciência normal” no sentido khuniano do termo dado que tal campo se encontraria em uma situação de consenso metodológico e filosófico (e porque não ontológico e epistemológico) entre os pesquisadores (Rosenau, 1975, Smith, 1986). Contudo, com o passar do tempo Rosenau aparenta começar a identificar questões que não foram respondidas pela CFP e novas questões que se apresentam às pesquisas de política externa (Rosenau, 1987). Em especial, o mesmo chega a afirmar que

“(...) nossos procedimentos científicos não eram necessariamente a única ou a melhor rota para o entendimento (...). Hoje eu estou mais disposto a aceitar que outros, até mesmo os sucessores de Morgenthau, estejam engajados em buscas legítimas quando trazem outras rotas para o entendimento” (Rosenau, 1989, p. 64).

Introdução do texto

- Investigar as influências internas do comportamento externo é ser ativo em uma das fronteiras onde os campos da política internacional e da política comparada se encontram – Hudson vs. Rosenau.
- Desde a II GM os estudantes de política externa têm enfatizado que as questões da ação internacional também são afetadas por eventos e tendências dentro da sociedade. Isso dá um grande contraste com as tendências prévias de ignorar as variáveis domésticas ou lidar com elas a partir de conceitos complicados como nacionalismo ou caráter nacional. O progresso das ciências sociais também influenciou a política externa (influência da revolução behaviorista nas RI).
- O avanço metodológico tem sido encorajador, com o desenvolvimento de novas técnicas mais sofisticadas de pesquisa.

1. A Necessidade da Teoria

- Contudo, apesar dos avanços supracitados, há limites nestes avanços. Na verdade, as dinâmicas dos processos que culminam no comportamento externo das sociedades permanecem obscuras. Identificar fatores não é traçar sua influência. Descobrir processos que afetam o comportamento externo não é explicar como e por que eles são operacionais sob certas circunstâncias e não sob outras. Reconhecer que a política externa é moldada por fatores internos e externos não é compreender como os dois se inter-relacionam ou indicar as condições sob as quais um predomina sobre o outro. E, nesses aspectos, o progresso ainda tem sido bem lento.
- Mais raro ainda são trabalhos que contenham hipóteses “se-então” explícitas nas quais o “se” é uma forma particular de fator interno e o “então” é um tipo particular de política externa.
- As diferentes formas pelas quais o fator pode influenciar ou influencia a política é descrito mas as situações domésticas e externas através das quais a influência opera são tomadas como dadas, dando assim a falsa impressão de que qualidades inerentes ao fator em si são os únicos determinantes da forma particular na qual ele é influente em um determinado momento. Ainda pior, o fator é tratado como uma constante em um mundo de variáveis.
- A principal razão para essa situação não é difícil de perceber: a análise de política externa carece de sistemas compreensivos de generalizações testáveis que tratem a sociedade como atores sujeitos a estímulos que produzem respostas externas. Colocado de maneira mais sucinta, a análise de política externa é desprovida de uma teoria geral. O campo possui uma abundância de *frameworks* e abordagens que atravessam as sociedades e conceituam os fins, meios, capacidades, ou fontes de política externa, mas nenhum esquema que ligue esses componentes de comportamento externo em seqüências causais.
- Ocasionalmente, alguns pesquisadores produzem materiais que levam em consideração as relações causais entre o comportamento externo e os processos internos. Proposições desse tipo, contudo, dizem respeito a teorias parciais e não gerais: frequentemente são articuladas em termos de um país particular e não pode ser aplicado a outras sociedades. Mais importante, tais proposições são parciais no sentido de que são confinadas exclusivamente às fontes internas do comportamento externo e não vêem este também como uma resposta a eventos que ocorrem para além das fronteiras. O mesmo pode ser dito da literatura que coloca a política externa como tendo um papel central nos processos de formação de alianças, dinâmicas da integração supranacional, e a competição entre superpotências por influência no mundo não-alinhado: são teorias parciais, fundadas na premissa de que eventos externos são os principais elementos da política externa. Virtualmente nenhuma delas trabalha com a relação causal interna. Problemas: a falta de um corpo teórico faz com questões vinculadas ao peso de variáveis internas e externas não seja possível de ser identificado. Isso tem levado o campo de estudos sobre política externa a seguir uma orientação histórica e por países.
- Alguns argumentam que a orientação de pesquisa por país isolado seria o primeiro passo em uma lenta progressão em direção a uma teoria geral, que a análise do comportamento externo de muitos Estados constitui as bases para a construção de sistemas de generalizações testáveis sobre as políticas externas de classes gerais de países, levando assim ao eventual desenvolvimento de modelo “se-então” com relação ao comportamento de qualquer país. Contudo, essa linha de raciocínio é refutada pela natureza assistemática e desigual da pesquisa orientada por país que tem sido feita.
 - Primeiro, as premissas subjacentes ao trabalho feito sobre cada país são tão variadas que a análise comparativa é praticamente impossível.
 - Segundo, as análises voltadas para países específicos são teoricamente deficientes: as análises tendem a tratar cada situação internacional na qual as sociedades participam como únicas e, conseqüentemente, tendem a ver o comportamento externo com relação a cada situação como derivados de antecedentes particulares, peculiares e imediatos.

2. Uma pré-teoria da política externa

- A resolução dessa ambivalência não é fácil. Tendo resolvido a ambivalência inicial com a conclusão de que o acúmulo de materiais sobre a história dos casos está levando a pesquisa sobre política externa a um beco sem saída, cumpre caminhar para a análise sobre quais tem sido os problemas na análise, quais são as lacunas.
- Não há nada inerente à natureza do fenômeno da política externa que faça este mais resistente ao tratamento teórico do que outros campos de ciência aplicada. Assim, seria razoável pensar na possibilidade de se construir comparações e generalizações significativas que não sejam limitadas pelo tempo e pelo espaço.
- Seriam duas as razões básicas para o fraco desenvolvimento teórico no campo da política externa: um de caráter filosófico e outro de caráter conceitual
- No tocante à questão filosófica, percebe-se não mais ser possível construir modelos de comportamento humano a partir dados brutos. Assim, faz-se necessário uma pré-teoria que torne a matéria bruta comparável e pronta para teorização. Os dados brutos podem servir para todos os tipos de teorias, mas até que eles tenham sido processados de uma forma similar, a teorização é improvável de acontecer. E no caso da pesquisa sobre política externa, esse trabalho pré-teórico ou processo preliminar não ocorre. Pelo contrário, cada país e cada situação internacional na qual ele participa são normalmente tratados como únicos e não-recorrentes, resultando daí que a maioria dos estudos disponíveis não trate o fenômeno da política externa de uma forma comparável.
- Esse processamento preliminar dos materiais/dados de política externa envolve mais do que questões metodológicas. Envolve a necessidade de desenvolver uma concepção explícita de onde a causa se localiza nas questões internacionais. Seriam os indivíduos, os agentes, os papéis políticos, as estruturas governamentais, os processos sociais ou os sistemas internacionais as fontes do comportamento externo? E em que medida cada fonte é mais ou menos causal que outra?
- Na verdade, os pesquisadores não são totalmente inconscientes da necessidade do estabelecimento de relações causais. O que ocorre é que, a partir do momento em que rejeitam a possibilidade de explicações monocausais, eles também passaram a rejeitar qualquer tipo de relação causal.
- Neste sentido, a pré-teoria é fundamental porque não leva a um determinismo mas provê bases para a comparação no exame do comportamento externo de vários países em várias situações. Como dito, não há um desenvolvimento teórico significativo até que os dados/materiais do campo de estudo sejam processados (tornados comparáveis) através do uso de pré-teorias de política externa.
 - Pré-teoria seria tanto um passo inicial em direção à explicação de eventos empíricos específicos quanto uma orientação geral em direção a todos os eventos, um ponto de vista sobre como o mundo é. Idealmente uma pré-teoria seria limitada ao primeiro significado, mas isso requer que o campo de estudos em questão parta de um acordo geral sobre qual seria a orientação própria em direção ao objeto de pesquisa em questão
- Talvez a melhor forma de indicar exatamente o que seria uma pré-teoria de política externa seja esboçar os principais aspectos de qualquer pré-teoria e então indicar como o autor tem integrado esses ingredientes em sua pré-teoria particular. Assim, para Rosenau, parece razoável pensar que toda pré-teoria de política externa seria “penta-dimensional” ou poderia ser expressa em cinco dimensões. Ou seja, todo analista de política externa explicam o comportamento externo das sociedades em termos de cinco tipos de variáveis: individual, *role*, governamental, social/societal, sistêmica.
 - As variáveis individuais dizem respeito às características peculiares – valores, talentos e experiências prévias – dos tomadores de decisão que determinam e implementam as políticas externas de um país.

- “Papéis” concernem ao grupo de variáveis que pertencem ao comportamento externo dos oficiais que é gerado pelos papéis que eles ocupam e que seria provável que ocorresse a despeito das características individuais daqueles que ocupam tais papéis.
- As variáveis governamentais se referem àqueles aspectos de uma estrutura governamental que limita ou aumenta as escolhas feitas pelos tomadores de decisão.
- As variáveis sociais/sociais concernem àqueles aspectos de uma sociedade que influenciam seu comportamento externo – a questão dos valores que orientam uma sociedade, grau de unidade nacional, industrialização, etc.
- As variáveis sistêmicas são aquelas que incluem quaisquer aspectos não-humanos de um ambiente externo à sociedade ou quaisquer ações que ocorram no exterior que condicione ou influencie as escolhas feitas pelos oficiais do Estado em questão.
- Esses seriam os ingredientes de uma pré-teoria de política externa. Para formular a pré-teoria em si faz-se necessário estimar ou avaliar o poder/força relativo de cada um – ou seja, classificar em grau de importância para o comportamento externo. Neste estágio pré-teórico é suficiente ter uma idéia do poder/força relativo das principais fontes do comportamento externo.
- Não se trata aqui de uma questão de nível de análise – distinção através das unidades de qual comportamento é explicado – mas de filosofia de análise – como as unidades se inter-relacionam em um dado nível.
- Embora difícil, o processo de estabelecer prioridades causais aos vários grupos de variáveis é necessário e uma forma de fazê-lo seria engajar em um exercício de manipulação mental das variáveis em situações reais (Baía dos Porcos e as variáveis anteriores – pág. 130).
- A partir de tais reflexões, Rosenau chegou a uma pré-teoria de política externa na qual as forças relativas dos cinco grupos de variáveis são avaliadas em termos das distinções entre grandes e pequenos países, entre economias desenvolvidas e subdesenvolvidas e entre sistemas políticos abertos e fechados (tabela – pág. 133). Cumpre perceber que o ponto aqui não é demonstrar a validade dessa classificação mas mais propriamente o de indicar quais são os aspectos presentes em um processo de construção de uma pré-teoria de política externa e porque é um pré-requisito necessário para o desenvolvimento teórico.
- O desenvolvimento pré-teórico é algo inevitável. Qualquer analista parte de uma suposição inicial de que os eventos derivam de uma ordem subjacente. Na verdade, as relações causais não são auto-reveladoras. A ordem subjacente não se revela ao analista que, diligentemente, analisa os dados que acumulou. Inevitavelmente ele deve organizar as evidências em termos de algum quadro de referência, independente do caráter prematuro que este possa ter.
- Mas, poderia ser perguntado, se o propósito de todo esse empreendimento é o de facilitar o desenvolvimento de uma teoria geral, como o emprego auto-consciente de pré-teorias de política externa ajudam o campo a se mover para além da situação vivenciada quando da feitura do texto por Rosenau? A resposta se encontra na suposição de que o uso difundido de pré-teorias explícitas resultaria na acumulação de materiais suficientemente processados para prover uma base para comparar o comportamento externo das sociedades.
- O desenvolvimento teórico não depende de um consenso sobre qual seria a mais desejada pré-teoria de política externa.

3. O sistema político penetrado

- A pré-teoria, embora seja uma condição necessária para o progresso em direção a uma teoria geral, não é uma condição suficiente. A pesquisa no campo da política externa se encontraria, segundo Rosenau, atrasada por questões conceituais e filosóficas. Além das pré-teorias, os pesquisadores devem possuir conceitos apropriados através dos quais eles classifiquem os dados em padrões que possuam algum tipo de significado. Assim, os conceitos são necessários para estruturar os dados e facilitar a formulação de proposições do tipo “se-então”.
- Dois problemas conceituais parecem estar atrasando o desenvolvimento de teorias gerais de comportamento: 1) concernente à tendência dos pesquisadores de manter uma distinção rígida

entre sistemas políticos nacionais e internacionais face às evidências em contrário; 2) concernente à tendência a ignorar as implicações decorrentes do fato de que o funcionamento dos sistemas políticos pode variar significativamente na medida em que mudam os temas (*issues*). Neste sentido, um novo conceito, o de sistema político permeado/penetrado, é necessário para que se possa compreender a fusão dos sistemas nacional e internacional em certas áreas temáticas.

- A despeito do reconhecimento de que as fronteiras entre nacional e internacional se encontram cada vez mais ambíguas, os estudantes de política internacional e política comparada ainda consideram ser relevante tal diferenciação; os primeiros preocupados com os sistemas internacionais e os segundos com os sistemas nacionais, a despeito de ambos terem consciência da influência de um no outro.
- A questão aqui não é apenas a proposição de que o mundo externo invade cada vez mais as sociedades nacionais ou que é possível perceber um aumento da interdependência entre os sistemas políticos nacionais. Na verdade, em certos aspectos, os sistemas políticos nacionais permeiam e dependem uns dos outros e seu funcionamento agora incorpora atores que não são formalmente membros do sistema. Estes não apenas exercem influência sobre os sistemas nacionais mas participam dos processos pelos quais tais sistemas alocam valores, coordenam objetivos e empregam a coerção legítima. Eles não apenas barganham com o sistema mas também dentro do sistema. Mais importante, não-membros são aceitos nestes processos tanto pelos oficiais do governo quanto pelos cidadãos.
- Tais questões sugerem a necessidade de se identificar um novo tipo de sistema político que irá lidar com um fenômeno que nem mesmo um uso menos rígido da distinção nacional-internacional torna compreensível. Tal sistema pode ser chamado de sistema político permeado/penetrado e suas características fundamentais seriam:
 - Um sistema político permeado/penetrado é aquele no qual não-membros de uma sociedade nacional participam diretamente e “autoritativamente”, através de ações tomadas conjuntamente com os membros da sociedade, tanto na alocação de seus valores quanto na mobilização de apoio em nome de seus objetivos.
- Nos sistemas políticos internacionais a influência de não-membros é indireta e não-autoritativa e a mobilização por apoio a seus objetivos é feita através de ação direta, enquanto nos sistemas políticos nacionais os não-membros de uma sociedade não agem diretamente e não contribuem para a alocação de seus valores ou alcance de seus objetivos.
- Os sistemas políticos permeados/penetrados não são estáticos nem são um estágio na evolução ou deterioração dos sistemas nacionais.
- Os sistemas políticos permeados/penetrados são caracterizados por um déficit de capacidades por parte da sociedade penetrada/permeada e por um esforço para compensar ou tomar vantagem desse déficit por parte dos não-membros. Qualquer que seja a natureza do déficit, ele é suficientemente reconhecido e aceito pelos membros da sociedade permeada/penetrada ao ponto de dar legitimidade às ações dos não-membros.
- Para um sistema político permeado/penetrado funcionar, deve existir uma interação intensiva face a face entre membros e não-membros da sociedade.
- Uma consideração deve ser feita: da forma como foi colocado, o conceito de sistema político permeado/penetrado sofre de uma falta de diferenciação. Ao mesmo tempo em que a análise leva à conclusão de que todas as sociedades nacionais no mundo contemporâneo são susceptíveis de uma transformação aguda rumo a um sistema permeado/penetrado, ela também trata todos os sistemas como se fossem transformados e estruturados da mesma maneira.
- Além disso, assim como se faz necessário diferenciar graus de penetração bem como as diferenças estruturais às quais eles dão origem, faz-se necessário também distinguir entre sistemas permeados/penetrados multi e uni-temáticos, distinção esta sendo baseada em se os não-membros participam da alocação de uma variedade de valores ou de apenas um grupo seleto de valores. Assim, é para a questão do conceito de área temática que Rosenau se dirige nesse momento.

4. O conceito de área temática

- A conclusão de que as sociedades nacionais podem ser organizadas como sistemas políticos permeados/penetrados com relação a alguns tipos de temas – ou áreas temáticas – e como sistemas políticos nacionais com relação a outros é consistente com as evidências de que o funcionamento de qualquer tipo de sistema pode variar significativamente de uma área temática para outra.
- Na política externa existem numerosos indicadores de que a natureza do tema constitui uma variável crucial no processo pelo qual o comportamento externo das sociedades nacionais é gerado. Na verdade, uma “atenção conceitual” deve ser dada às áreas temáticas caso se deseje um florescimento da teoria de política externa.
- De fato, a emergência das áreas temáticas é uma questão tão relevante quanto a crítica à distinção entre nacional-internacional. Tomadas em conjunto, essas duas tendências apontam para uma conclusão radical de que as fronteiras dos sistemas políticos devem ser vistas verticalmente em termos de áreas temáticas e horizontalmente em termos de áreas geográficas.
 - Colocado de maneira formal, uma área temática consiste de 1) um grupo de valores, a alocação ou potencial alocação dos quais 2) leva os atores afetados ou potencialmente afetados a diferirem tão significativamente sobre (a) a forma na qual os valores devem ser alocados ou (b) os níveis horizontais nos quais as alocações devem ser autorizadas que 3) eles se engajam em um comportamento diferente definido para mobilizar apoio para o alcance de seus valores particulares.
- Se um grupo de valores não leva a diferenças/divergências entre aqueles afetados por ele, então a área temática não é considerada existente para aquele grupo de atores e suas relações com relação a esses valores não chega a formar um sistema vertical. Se um grupo de valores divide os atores afetados por ele, mas suas diferenças não são tão grandes ao ponto de induzir um comportamento de busca pela construção do apoio, então a área temática é considerada dormiente até o momento em que um dos atores a ative na medida em que passe a fazer pressão para a realocação do grupo de valores. Se um grupo de valores induz a construção de apoio por parte dos atores afetados, mas seu comportamento não se difere daquele induzido por outro grupo de valores, então a área temática é considerada como que incorporando ambos grupos, e ambos são vistos como sendo processados pelo mesmo sistema vertical.
- Assim, as fronteiras dos sistemas verticais não são delineadas pela membresia comum dos atores que os sustentam (assim como os sistemas horizontais), mas pelo caráter distinto dos valores e do comportamento que abarcam. Os atores determinam o estado de um sistema vertical – se é ativo, dormiente, ou não-existente – mas as fronteiras do sistema são independentes da identidade dos atores que são ativos dentro dele.
- Isso não significa que os atores, valores ou comportamentos que formam os parâmetros de um sistema vertical são simples de identificar. Uma série de problemas operacionais deve ser resolvida antes que uma pesquisa empírica do fenômeno vertical produza resultados confiáveis. Em particular, três questões devem ser respondidas: 1) como os valores sobre os quais os indivíduos divergem podem ser agrupados em áreas temáticas? 2) em que nível de abstração eles devem ser agrupados? 3) que características fazem do comportamento incitado por um grupo de valores distinto daquele estimulado por outros grupos?
- Uma linha geral de resposta às duas primeiras questões parece razoavelmente clara. Uma tipologia das áreas temáticas deveria ser algo mais do que uma mera catalogação das questões sobre as quais os homens se encontram divididos em um momento do tempo. Ou seja, uma tipologia das áreas temáticas deve ser ampla em termos suficientemente abstratos para incorporar grupos de valores passados e futuros bem como presentes. Obviamente, o nível de abstração deve ser alto o suficiente para permitir grupos de valores que incitem o comportamento dentro de todos os tipos de sistemas horizontais, das comunidades locais à comunidade global. Ao mesmo tempo a tipologia não pode ser tão generalizada a ponto de apagar o caráter distintivo do comportamento que caracteriza os sistemas verticais em cada uma dessas áreas.

- Até que dados sistemáticos e extensos sobre a natureza distinta de certa área temática sejam acumulados, as linhas divisórias não podem ser muito bem definidas. A sugestão de Rosenau é a de uma tipologia que vê todo comportamento planejado para causar uma alocação autoritativa dos valores como ocorrendo em uma das seguintes áreas temáticas:
 - Território – alocação de jurisdição territorial (conflito sobre Berlim);
 - Status – alocação de *status* dentro dos sistemas políticos horizontais ou dentro de sistemas não-políticos (problema da admissão da China comunista na ONU);
 - Recursos humanos – desenvolvimento e alocação de recursos humanos (problemas de provisão de cuidados médicos para idosos);
 - Recursos não-humanos – desenvolvimento e alocação de recursos não-humanos (políticas agrícolas e certos programas de ajuda internacional).
- Mas como essa tipologia particular atende ao critério de que os grupos de valores em cada área devem evocar motivos, ações e interações distintos por parte dos atores afetados? Garantido que os valores diferem, porque deveria ser presumido que essas diferenças são suficientes para produzir uma diferenciação no funcionamento dos sistemas que alocam os valores em cada área temática? As respostas devem ser mais ou menos vagas pela falta de dados trabalhados. No caso da tipologia apresentada (4 áreas temáticas), as áreas temáticas foram derivadas da impressão de que os motivos, ações e interações dos atores políticos são crucialmente relacionados ao grau de tangibilidade tanto dos valores que tem de ser alocados quanto dos meios que tem de ser empregados para efetivar tal alocação. Com relação aos motivos e ações, é razoável pensar que os atores serão mais fortemente motivados e ativos quanto maior for a tangibilidade dos meios (uma vez que a recompensa e os custos para o ator de alocar um grupo particular de valores serão provavelmente mais claros quanto mais facilmente compreensíveis forem os meios necessários para realizar os valores); e quanto mais atores forem afetados e ativos menor a tangibilidade dos fins (uma vez que a tangibilidade envolve especificidade). Com relação à interação, a pressuposição é a de que quanto maior a tangibilidade dos meios e dos fins envolvidos em um processo de alocação, maior será a tendência à barganha entre os atores afetados.
- A suposição de que a tangibilidade dos meios e dos fins determina o número de atores afetados e a extensão da prontidão deles para barganhar com cada um permite conclusões específicas sobre características distintas pelo menos em duas áreas temáticas. Por um lado, a área status, sendo composta por meios e fins intangíveis, é mais provável de evocar um comportamento político descomprometido da parte de mais atores do que qualquer uma das outras três áreas; por outro lado, a área de recursos não-humanos, sendo composta de meios e fins tangíveis, é provável de evocar um comportamento de barganha maior por parte de menos atores do que em qualquer outra área.

5. Conclusão

- As implicações dos ajustes conceituais para a construção de uma teoria de política externa são claras: se o argumento estiver certo, qualquer teoria de política externa deve levar em consideração as variações nessas quatro áreas temáticas e o comportamento externo dos sistemas permeados/penetrados.
- De fato, os conceitos de sistemas permeados/penetrados e verticais parecem ser suficientemente importantes para garantir uma revisão no nível pré-teórico. Assim, Rosenau revê a tabela anterior de classificação da força/poder relativo de cada um dos cinco grupos de variáveis subjacentes ao comportamento externo dos países a partir da incorporação dos conceitos de sistemas permeados/penetrados e verticais (p. 169).
- Em suma, tudo o que se fez no capítulo foi identificar e amplificar os materiais a partir dos quais uma teoria de política externa deve ser moldada. Várias pré-teorias podem ser desenvolvidas a partir desses materiais e a qualidade de cada uma decorrerá da habilidade dos pesquisadores.